

É pela vida das mulheres! Legaliza!

Inês Leal – Servidora do TRT-2; Angélica Olivieri – Servidora aposentada do Fórum de Execuções Fiscais; Raquel Morel – Servidora do TRE; Ana Luiza Figueiredo – Servidora aposentada do TRF-3.

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou nos dias 3 e 6 de agosto audiência pública para debater o aborto. As opiniões devem servir de referência para o voto da Ministra Rosa Weber numa ação que tramita a mais de um ano na justiça e que defende a descriminalização da prática. O tema divide os brasileiros, mas, embora o número de pessoas que são contra ainda seja maioria (57%), cresceu o percentual de pessoas favoráveis à descriminalização (36%).

No Brasil, assim como na maioria dos países da América Latina, o aborto é considerado crime, sendo que em apenas três casos a legislação permite que a mulher interrompa voluntariamente a gravidez: risco de morte à gestante, estupro e anencefalia. Mas, com tanta gente contra e a ameaça de 1 a 3 anos de prisão, deveria se esperar que os casos de aborto fossem exceção, certo? Errado! As estatísticas demonstram que o número de abortos clandestinos no país é altíssimo, entre 500 a 800 mil anualmente, sendo que 1 em cada 5 mulher com idade até 40 anos já fez um aborto.

As razões que levam uma mulher a abortar são inúmeras e particulares, mas um fato é certo, se recorrem ao aborto é porque estão numa situação extrema. O perfil da mulher que aborta, aliás, não tem nada a ver com uma criminosa. São mulheres casadas, possuem entre 24 e 39 anos, trabalham, têm filhos, são religiosas (católica, protestante ou outras) e, o que é mais significativo, são contrárias ao aborto também.

Essa realidade, oculta pelo preconceito e carregada por um sofrimento silencioso e cruel, resulta em 200 mil mulheres vítimas de sequelas ou mortes por abortos mal sucedidos, decorrentes de procedimento inadequados em clínicas clandestinas, ingestão de medicamentos sem orientação médica ou de outros procedimentos inseguros. São as consequências trágicas de uma lei que, “em nome da vida”, coloca em risco de morte mulheres trabalhadoras e pobres, em especial negras, que não têm acesso a clínicas de alto padrão e cuidados profissionais adequados, já que, para as mulheres que podem pagar, o aborto é sim legalizado.

Garantir o direito a decidir é a melhor forma para defender a vida

A saída para diminuir essas mortes é legalizar o aborto, deixando de tratar a questão como caso de polícia, cuja preocupação é prender e punir a “criminosa”, e passando a olhar o tema como um problema de saúde pública, que depende de uma ação preventiva e ao mesmo tempo de ação médica. A legalização é a forma de criar condições para que o Estado, independente das convicções de cada um, possa garantir que o sistema de saúde atenda as essas mulheres, através de uma política de prevenção: educação sexual e planejamento familiar, distribuição de contraceptivos sem burocracia de forma gratuita, com orientação médica e atenção à interrupção da gravidez, se assim for o caso, garantindo que o procedimento possa ser feito pelo SUS, em condições adequadas. Isso não significa defender que todas abortem, mas que a lei sirva para preservar a vida das mulheres trabalhadoras.

A realidade demonstra que essa saída deu certo em muitos países da Europa, mas também na América Latina, como Cuba, Cidade do México e Uruguai. Em todos esses lugares, os abortos diminuíram em médio prazo e, em curto prazo, houve uma drástica redução de mortes de mulheres. Hoje, 95% dos abortos que ocorrem no mundo (20 milhões, segundo estimativas dos organismos internacionais) e das mortes de mulheres em decorrência do procedimento estão nos países com leis que restringem ou que diretamente proíbe a prática. O Brasil é um grande exemplo disso.

Façamos como nossas irmãs argentinas

Vale lembrar que todo esse debate no Brasil, ocorre em meio a um importante embate sobre o mesmo tema na Argentina. O Senado Argentino rejeitou, no último dia 8 de agosto, o projeto de lei que legalizava o aborto no país, mas, embora a bancada conservadora tenha conseguido barrar o projeto, o movimento não foi derrotado e a discussão segue forte. É preciso seguir o exemplo de nossas irmãs argentinas e iniciar desde já o debate sobre o que significa a defesa da legalização do aborto.

Nossos congressistas, especialmente os da bancada conservadora, vem tentando sistematicamente restringir ainda mais a legislação do aborto. Graças à luta dos movimentos de mulheres, não conseguiram avançar em suas pautas. É preciso agora intensificar a luta e implementar uma ampla campanha pela legalização do aborto no Brasil, que tenha como centro a classe trabalhadora e a conscientização dessa sobre a crueldade de uma lei que tem contribuído com as mortes das mulheres, principalmente, das mulheres mais pobres. Uma lei que hoje está manchada pelo sangue de milhares de mulheres mortas. Afinal, quantas mortes mais de mulheres trabalhadoras serão necessárias para manter a lei?